

Brasil PCH S.A. e Controladas

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Período de Seis Meses
Findo em 30 de Junho de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Brasil PCH S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Brasil PCH S.A. (“Companhia”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

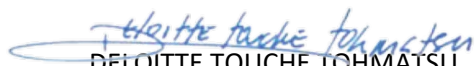
A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG



Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº MG 076441/O-9

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
ATIVOS	explicativa	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	31.868	36.001	51.422	44.991	Fornecedores		75	3.064	3.930	4.091
Aplicações financeiras	6	9.396	2.720	13.417	23.462	Debêntures	12	127.032	109.853	127.032	109.853
Contas a receber de clientes	7	-	-	87.510	60.094	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	159	192	1.642
Dividendos a receber	8 (c) e 9	32.513	180.348	-	-	Impostos e contribuições a recolher		2.188	2.164	7.396	5.778
Impostos a recuperar		88	2.636	4.348	6.270	Provisão para férias e 13º salário		-	-	2.994	2.100
Despesas antecipadas		-	33	219	3.090	Receita diferida	14	-	-	4.930	3.571
Outros ativos circulantes		69	3.020	1.542	1.315	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	12	11.505	18.607	11.505	18.607
Total dos ativos circulantes		73.934	224.758	158.458	139.222	Provisão para contrato oneroso	16	13.794	24.470	13.794	24.470
						Provisões para compromissos futuros	13	-	-	2.738	4.188
						Passivo de arrendamento		479	514	479	514
						Outros passivos	1.2	-	-	21.322	10.615
						Total dos passivos circulantes		155.073	158.831	196.312	185.429
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Impostos e contribuições diferidas	20	-	-	332	274	Debêntures	12	660.200	695.531	660.200	695.531
Impostos a recuperar		4.879	3.258	5.090	3.466	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	12	76.708	80.069	76.708	80.069
Depósitos judiciais		2.208	2.187	14.057	12.059	Provisões para compromissos futuros	13	-	-	38.120	39.426
Outros ativos não circulante		-	-	287	287	Passivo de arrendamento		-	204	-	204
Investimentos em controladas	8	1.026.340	871.484	-	-	Provisões para riscos	15	402	402	2.399	2.451
Imobilizado	10	902	1.161	996.692	998.296	Total dos passivos não circulantes		737.310	776.206	777.427	817.681
Intangível	11	201	187	14.904	17.504						
Total dos ativos não circulantes		1.034.530	878.277	1.031.362	1.031.886	Total dos passivos		892.383	935.037	973.739	1.003.110
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	17	109.032	109.032	109.032	109.032
						Reservas de lucros		60.906	122.633	60.906	122.633
						Lucros acumulados		83.375	-	83.375	-
						Ajuste de avaliação patrimonial		(37.232)	(63.667)	(37.232)	(63.667)
								216.081	167.998	216.081	167.998
TOTAL DOS ATIVOS		1.108.464	1.103.035	1.189.820	1.171.108	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.108.464	1.103.035	1.189.820	1.171.108

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	18	-	-	259.019	267.742
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	10 e 11	-	-	(18.296)	(18.502)
Repactuação do risco hidrológico	1.2	-	-	(10.680)	(11.375)
Custos com pessoal		-	-	(7.932)	(7.180)
Custos com manutenção		-	-	(4.432)	(4.273)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(4.146)	(3.587)
Custos com seguros		-	-	(3.262)	(942)
Custos com operação		-	-	(784)	(1.034)
Taxas setoriais		-	-	(481)	(244)
Custos com meio ambiente		-	-	(94)	(89)
Outros custos		-	-	(173)	(92)
Total do custo das vendas de energia		-	-	(50.280)	(47.318)
LUCRO BRUTO		-	-	208.739	220.424
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas com pessoal e administradores		(620)	(596)	(4.857)	(4.616)
Administrativas e gerais		(62)	(65)	(1.113)	(1.509)
Depreciação e amortização	10 e 11	(63)	(8)	(64)	(9)
Provisão (reversão) com contrato oneroso	16	21	(7.397)	21	(7.397)
Outras despesas operacionais		(190)	(724)	(1.292)	(1.590)
Resultado na alienação de ativos		-	-	-	(113)
		(914)	(8.790)	(7.305)	(15.234)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	8	194.185	205.182	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		193.271	196.392	201.434	205.190
Despesas financeiras	19	(71.367)	(40.821)	(71.629)	(41.524)
Receitas financeiras	19	571	1.622	910	2.096
Total do resultado financeiro		(70.796)	(39.199)	(70.719)	(39.428)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		122.475	157.193	130.715	165.762
Corrente	20	-	-	(8.278)	(7.186)
Diferido	20	-	-	38	(1.383)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	(8.240)	(8.569)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		122.475	157.193	122.475	157.193
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ORDINÁRIA - R\$		1.30	1.67	-	-
QUANTIDADE MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES		94.187.831	94.187.831	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	122.475	157.193	122.475	157.193
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Ganho (perda) de valor justo de instrumentos de "hedge" durante o período	26.435	(1.753)	26.435	(1.753)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>148.910</u>	<u>155.440</u>	<u>148.910</u>	<u>155.440</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Controladora e Consolidado)
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva legal	Reserva especial	Dividendos propostos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		109.032	21.806	102.944	-	-	(64.367)	169.415
Dividendos adicionais aprovados (R\$1,09 por ação)	17 (c)	-	-	(102.944)	-	-	-	(102.944)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	157.193	-	157.193
Destinações:								
Dividendos adicionais propostos (R\$1,67 por ação)	17 (e)	-	-	-	157.193	(157.193)	-	-
Valor justo em "Hedge" de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	(1.753)	(1.753)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		<u>109.032</u>	<u>21.806</u>	<u>-</u>	<u>157.193</u>	<u>-</u>	<u>(66.120)</u>	<u>221.911</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		109.032	21.806	100.827	-	-	(63.667)	167.998
Dividendos adicionais aprovados (R\$1,07 por ação)	17 (c)	-	-	(100.827)	-	-	-	(100.827)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	122.475	-	122.475
Destinações:								
Dividendos adicionais propostos (R\$1,30 por ação)	17 (e)	-	-	-	39.100	(39.100)	-	-
Valor justo em "Hedge" de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	26.435	26.435
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		<u>109.032</u>	<u>21.806</u>	<u>-</u>	<u>39.100</u>	<u>83.375</u>	<u>(37.232)</u>	<u>216.081</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		122.475	157.193	130.715	165.762
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Juros e atualizações monetárias sobre debêntures	19	44.423	32.406	44.423	32.406
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	19	-	-	(135)	(63)
Reversão de atualização sobre depósitos judiciais		-	-	-	249
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(99)	(1.583)	(213)	(1.990)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	13	-	-	201	203
Atualização financeira sobre contratos de aluguel		9	12	9	12
Depreciação e amortização	10 e 11	63	8	18.360	18.511
Equivalência patrimonial	8	(194.185)	(205.182)	-	-
Repactuação do risco hidrológico	1.2	-	-	10.680	11.375
Apropriação de receita diferida		-	-	(1.111)	(50.396)
Constituição do ajuste MRE e garantia física		-	-	2.350	5.499
PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE e garantia física		-	-	(45)	1.639
(Reversão) constituição da provisão para contrato oneroso	16	(21)	7.397	(21)	7.397
Instrumentos financeiros derivativos	19	26.109	7.603	26.109	7.603
Apropriação de custos de transação de debêntures	19	669	669	669	669
Provisão (reversão) para riscos	15	-	137	(52)	(192)
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		-	-	(27.416)	(13.913)
Impostos a recuperar		927	2.998	298	2.660
Despesas antecipadas		33	39	2.871	871
Outros ativos		2.951	227	(83)	(21)
Fornecedores		(2.947)	(220)	(2.512)	273
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(159)	(159)	(1.450)	(1.415)
Impostos e contribuições a recolher		24	-	(4.607)	(4.478)
Provisão de férias e 13º salário		-	-	894	848
Pagamento contrato oneroso	16	(10.655)	(5.348)	(10.655)	(5.348)
Pagamento compromissos futuros	13	-	-	(1.448)	(1.527)
Outros passivos		-	-	26	3
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		(10.383)	(3.803)	187.857	176.637
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Dividendos recebidos	8	187.164	140.646	-	-
Juros pagos sobre debêntures	12	(25.286)	(31.002)	(25.286)	(31.002)
Juros pagos sobre instrumento financeiro "Swap"	12	(8.179)	(4.026)	(8.179)	(4.026)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(2.181)	(1.960)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		143.316	101.815	152.211	139.649
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Resgates em aplicações financeiras		(6.576)	120.542	10.256	97.896
Depósitos judiciais		(21)	(107)	(1.844)	(163)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(109)	(69)	(13.449)	(8.145)
Indenização do sinistro do ativo imobilizado	1.4	-	-	-	5.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(6.706)	120.366	(5.037)	94.588
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos pagos	17 (c)	(100.827)	(102.944)	(100.827)	(102.944)
Debêntures pagas	12	(37.958)	(55.333)	(37.958)	(55.333)
Instrumentos derivativos pagos	12	(1.958)	(1.333)	(1.958)	(1.333)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(140.743)	(159.610)	(140.743)	(159.610)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(4.133)	62.571	6.431	74.627
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	5	36.001	-	44.991	8
No fim do exercício	5	31.868	62.571	51.422	74.635
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(4.133)	62.571	6.431	74.627

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasil PCH S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “Brasil PCH”), constituída em 23 de março de 2005, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, por meio da PCHPAR - PCH Participações S.A., participando com 100% de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs, em conjunto com sua controladora denominada de “Grupo Brasil PCH” ou “Grupo”), com 291,5 MW de potência instalada, autorizadas pela ANEEL pelo período de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada à administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, além de participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A comercialização da energia gerada pelas 13 controladas i se dá por meio de contratos de compra e venda com prazo de 20 anos, a contar da data de operação comercial, firmados entre essas empresas e a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por tal contrato, a ELETROBRAS adquire a totalidade da energia produzida e representa as empresas perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 30 de junho de 2021, o balanço patrimonial apresenta capital circulante líquido consolidado negativo, no montante de R\$37.854 (R\$46.207 em 31 de dezembro de 2020). A administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

- Funil Energia S.A. (“Funil”)

A PCH Funil está localizada no rio Guanhães, no Município de Dolores do Guanhães (MG). Tem capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física (energia assegurada) de 14,54 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 5 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

A Funil ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME nº 463/2009. Em 23 de novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física que, por meio da Portaria SPE/MME nº 383/2015, retornou de 13,09 para 14,54 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização para discussão da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- São Joaquim Energia S.A. (“São Joaquim”)

A PCH São Joaquim está localizada no rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves (ES). Tem capacidade instalada de 21 MW e garantia física (energia assegurada) de 13,28 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 17 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de outubro de 2030.

- Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

A PCH Santa Fé I está localizada no rio Paraibuna, no Município de Três Rios (RJ). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 26,10 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 9 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 5 de novembro de 2032.

- Carangola Energia S.A. (“Carangola”)

A PCH Carangola está localizada no rio Carangola, no Município de Carangola (MG). Tem capacidade instalada de 15 MW e garantia física (energia assegurada) de 9,57 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 25 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

- Jataí Energética S.A. (“Jataí”)

A PCH Jataí está localizada no rio Claro, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 20,35 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 30 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032.

- Bonfante Energética S.A. (“Bonfante”)

A PCH Bonfante está localizada no rio Paraibuna, no município de Simão Pereira (MG). Tem capacidade instalada de 19 MW e garantia física (energia assegurada) de 13,48 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 2 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,17 para 13,48 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

- Irara Energética S.A. (“Irara”)

A PCH Irara está localizada no rio Doce, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 18,21 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 6 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 24 de setembro de 2032.

- Calheiros Energia S.A. (“Calheiros”)

A PCH Calheiros está localizada no rio Itabapoana, no Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ). Tem capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física (energia assegurada) de 10,92 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 12 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.

- Caparaó Energia S.A. (“Caparaó” ou “Fumaça IV”)

A PCH Fumaça IV está localizada no rio Preto, no Município de Dorcas do Rio Preto (ES). Tem capacidade instalada de 4,5 MW e garantia física (energia assegurada) de 2,61 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original passando de 2,36 para 2,61 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

- Monte Serrat Energética S.A. (“Monte Serrat”)

A PCH Monte Serrat está localizada no rio Paraibuna, no Município de Comendador Levy Gasparian (RJ). Tem capacidade instalada de 25 MW e garantia física (energia assegurada) de 18,28 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 13 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,37 para 18,28 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

- São Simão Energia S.A. (“São Simão”)

A PCH São Simão está localizada no rio Itapemirim, no Município de Alegre (ES). Tem capacidade instalada de 27 MW e garantia física (energia assegurada) de 15,20 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 17 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.

- São Pedro Energia S.A. (“São Pedro”)

A PCH São Pedro está localizada no rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins (ES). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 18,41 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,49 para 18,41 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

- Retiro Velho Energética S.A. (“Retiro Velho”)

A PCH Retiro Velho está localizada no rio da Prata, no Município de Aporé (GO). Tem capacidade instalada de 18 MW e garantia física (energia assegurada) de 13,15 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 12 de novembro de 2032.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,49 para 13,15 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

As informações sobre capacidade instalada e em operação e energia anual assegurada das controladas da Brasil PCH, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 08 de fevereiro de 2021.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – Consolidado

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Eletrobras emitiu comunicado informando os descontos de R\$1.111 referente aos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). Os valores estão sendo descontados dos faturamentos das PCH’s do Grupo em parcelas mensais (1/12 avos mensais) de janeiro a dezembro de 2021.

1.2. Repactuação do risco hidrológico – RRH - Consolidado

A Companhia aderiu à RRH referente a todas as controladas indiretas nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

A partir de julho de 2020, a Eletrobras informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, as controladas indiretas da Companhia apresentaram notificações de controvérsia à Eletrobras, manifestando a discordância com o procedimento adotado pela empresa no que se refere ao desconto do valor do Prêmio de Risco Hidrológico (“PRH”) no pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente (julho/20).

Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou sobre as notificações de controvérsias, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e está avaliando também a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para que esta se pronuncie.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou manifestação acerca do pronunciamento da Eletrobras ratificando o teor as notificações de controvérsia e reiterando a solicitação quanto ao procedimento de desconto do valor do PRH.

Em 30 de junho de 2021, as controladas indiretas da companhia possuem uma provisão de R\$21.295 constituída no passivo circulante na rubrica “outros passivos” em contrapartida ao resultado na rubrica “prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)”. O respectivo efeito no resultado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 montou em R\$10.680.

1.3. Revisão da garantia física

Em 23 de junho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da ABRAGEL de suspensão das portarias do MME que reduziram a garantia física das centrais não despachadas no período de 2010 a 2015, com base no artigo 6º, incisos I e II da Portaria MME nº 463/2009. O MME restabeleceu, por meio da Portaria 267/2015, as garantias físicas das PCHs aos seus montantes originais, bem como suspendeu o mecanismo automático de revisão extraordinária de garantia física previsto para todas as PCHs da Brasil PCH, com exceção da PCH Funil.

Em 23 novembro de 2015, a Funil obteve decisão liminar restabelecendo, por meio da Portaria MME 383/2015, o montante original de sua garantia física.

Em 28 de junho 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância da liminar obtida em junho de 2015 pela ABRAGEL, abrangendo 12 usinas da Companhia (exceto PCH Funil), onde o magistrado julgou procedente o pedido da autora de não sofrer revisões de garantia física “automática”, conforme Portaria MME 463/2009, bem como anular as Portarias publicadas antes do pedido da referida liminar, retrocedendo seus efeitos e reestabelecendo a garantia física original dos empreendimentos. Adicionalmente, a sentença solicita que seja comunicado à CCEE a respectiva decisão para que ela promova a recontabilização de todo o período afetado, ajustando adequadamente as posições dos agentes afetados.

Em função das garantias físicas estarem vigentes em seus montantes originais devido a decisões liminares, os contratos PROINFA retornaram nos montantes originais de energia contratada.

Diante das decisões judiciais favoráveis conforme descrito acima, a Companhia em junho de 2020, concluiu que os valores anteriormente reconhecidos como receita diferida deveriam ser apropriados ao resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 em contrapartida da rubrica “receita líquida”, no montante de R\$44.411, uma vez que os critérios de reconhecimento de receita estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente foram atingidos.

1.4. Sinistro de São Joaquim

Em razão das fortes chuvas na região do Município de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo, a Casa de Força foi inundada, resultando na interrupção da produção de energia elétrica a partir do dia 17 de janeiro de 2020.

A São Joaquim tomou todas as medidas necessárias para os reparos e pronto restabelecimento da situação operacional das centrais geradoras, de modo que a unidade geradora UG01 voltou a operar no dia 28 de abril de 2020 e a unidade geradora UG02 em 22 de maio de 2020. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou por meio dos Despachos nº 1.228 e 1.491 a partir do dia 1 e 28 de maio de 2020, respectivamente, a liberação da operação comercial das unidades geradoras da PCH São Joaquim.

Por conta do ocorrido, a Administração da Companhia iniciou o processo de regulação junto à seguradora acerca do montante a ser indenizado referente ao sinistro envolvendo as unidades geradoras UG01 e UG02 da PCH São Joaquim. A seguradora efetuou os pagamentos de R\$5.000 em 10 de junho de 2020 e R\$5.000 em 23 de novembro de 2020, a título de adiantamento dos itens sinistrados. Estes valores, deduzidos de R\$150 relativos à recuperação de despesas de sinistro, juntamente com os efeitos da baixa dos ativos substituídos, no montante de R\$7.256, foram reconhecidos no resultado na rubrica de “Resultado na baixa de ativos” ao longo do exercício de 2020.

Importante mencionar que a Administração da Companhia ainda está aguardando a análise final pela Seguradora sobre os montantes finais envolvidos neste tema. Estima-se que o processo relativo à regulação do sinistro se encerre ainda no exercício de 2021.

1.5. Túnel de Adução da Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

Em agosto de 2020, com uso de Veículo Submersível Remotamente Operado (“ROV”), a Companhia realizou inspeção no Túnel de Adução do empreendimento, quando foi possível identificar, em trecho com aproximadamente 44 metros de extensão, colapso parcial daquela estrutura, com danos na parede lateral e abóbada.

As intervenções necessárias à recomposição das condições de segurança operacional do Túnel de Adução foram iniciadas no mês de maio e a produção de energia interrompida, com estimativa de retomada da geração no mês de julho.

Até a data base de 30 de junho de 2021 foram reconhecidos no ativo fixo, na rubrica de “Imobilizado em Andamento”, o montante de R\$13.345 referente ao reestabelecimento da condição operativa do empreendimento.

Destaca-se que a Companhia está amparada por seguro de risco operacional, tendo sido emitido o pertinente aviso de sinistro à Seguradora em 1º de setembro de 2020.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações relevantes em relação àquelas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que devem ser lidas em conjunto com essas informações financeiras intermediárias.

3. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia não realizou alterações significativas na forma e no gerenciamento de riscos em comparativo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Tabela do risco de liquidez

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo Brasil PCH deve quitar as respectivas obrigações.

Controladora	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	75	-	-	75
Debêntures	33.684	142.682	856.763	1.033.129
Instrumentos financeiros derivativos	4.011	16.957	118.819	139.786
Total	<u>37.770</u>	<u>159.639</u>	<u>975.582</u>	<u>1.172.990</u>
Consolidado	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	3.930	-	-	3.930
Debêntures	33.684	142.682	856.763	1.033.129
Instrumentos financeiros derivativos	4.011	16.957	118.819	139.787
Outros passivos	27	-	-	27
Total	<u>41.652</u>	<u>159.639</u>	<u>975.582</u>	<u>1.176.873</u>

4. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Companhia, da sua controlada direta PCHPAR – PCH Participações S.A. e as de suas controladas indiretas: Bonfante, Calheiros, Caparaó, Carangola, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão; nas quais a participação no capital é de 100%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas.

- Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas.

Nas informações financeiras intermediárias individuais da Companhia, os investimentos mantidos em suas controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Bancos	-	-	13.313	8
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	31.868	36.001	38.109	44.983
	<u>31.868</u>	<u>36.001</u>	<u>51.422</u>	<u>44.991</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado à 99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Fundos de investimento em renda fixa (a)	9.396	2.720	13.417	23.462
	<u>9.396</u>	<u>2.720</u>	<u>13.417</u>	<u>23.462</u>

- (a) Referem-se a aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variaram entre 62,83% e 119,41% do CDI. As referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia e suas controladas, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$87.510 em 30 de junho de 2021 (R\$60.094 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020, com o início do pagamento do prêmio de risco hidrológico, a Eletrobras passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, e não como ajuste financeiro no faturamento conforme previsto no contrato PROINFA, no âmbito do MRE, permanecendo em 30 de junho de 2021, na rubrica contas a receber o valor de R\$19.506, até que a controvérsia seja dirimida com a Eletrobras (vide nota explicativa nº 1.2).

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à ELETROBRAS como administradora do programa.

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de participação da PCHPAR - PCH Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 100% de participação, as 13 PCHs.

Movimentação dos saldos

	<u>30/06/21</u>	<u>30/06/20</u>
No início do exercício	871.484	732.036
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	(39.329)	(143.946)
Equivalência patrimonial	194.185	205.182
No fim do exercício	<u>1.026.340</u>	<u>793.272</u>

(a) Informações da controlada direta

Os principais saldos patrimoniais da PCHPAR – PCH Participações S.A. são apresentados como segue:

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
Ativos circulantes	90.391	132.640
Ativos não circulante	968.598	919.332
Investimentos	968.390	919.124
Outros	208	208
Passivos circulantes	32.513	180.351
Passivos não circulante	136	137
Patrimônio líquido	1.026.340	871.484
Quantidade de ações	<u>377.645.430</u>	<u>377.645.430</u>

Os principais saldos de resultado da PCHPAR - PCH Participações S.A. são apresentados como segue:

	<u>30/06/21</u>	<u>30/06/20</u>
Lucro antes do resultado financeiro	194.185	205.341
Lucro antes do imposto de renda	194.185	205.182
Lucro líquido	<u>194.185</u>	<u>205.182</u>

(b) Informações das controladas indiretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas indiretas são apresentados como segue:

30/06/21					
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	7.385	72.848	8.370	2.577	69.286
Calheiros	6.555	58.568	4.808	731	59.584
Caparaó	2.018	19.818	1.364	768	19.704
Carangola	5.832	44.233	7.889	1.183	40.993
Funil	7.897	62.227	6.761	1.193	62.170
Irara	9.926	96.377	12.239	6.805	87.259
Jataí	11.060	91.312	13.509	1.659	87.204
Monte Serrat	10.014	103.173	10.205	3.618	99.364
Retiro Velho	7.224	88.948	4.890	2.078	89.204
Santa Fé	22.531	135.489	33.622	15.383	109.015
São Joaquim	7.554	65.317	14.439	1.546	56.886
São Pedro	10.377	103.022	6.820	2.070	104.509
São Simão	8.705	81.633	6.759	369	83.210
Total	<u>117.078</u>	<u>1.022.965</u>	<u>131.675</u>	<u>39.980</u>	<u>968.388</u>

31/12/20					
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	6.840	74.312	10.072	2.626	68.454
Calheiros	4.980	59.891	11.971	1.082	51.818
Caparaó	1.339	20.269	1.551	921	19.136
Carangola	4.320	45.235	12.168	1.308	36.079
Funil	5.764	63.371	6.024	1.193	61.918
Irara	7.534	98.304	16.733	7.183	81.922
Jataí	8.472	93.362	19.061	2.059	80.714
Monte Serrat	7.610	104.877	10.928	3.980	97.579
Retiro Velho	5.607	89.289	9.792	940	84.164
Santa Fé	21.167	124.008	24.089	15.692	105.394
São Joaquim	9.922	63.862	17.442	1.515	54.827
São Pedro	7.823	104.997	6.298	2.460	104.062
São Simão	6.429	83.112	16.108	379	73.054
Total	<u>97.807</u>	<u>1.024.889</u>	<u>162.237</u>	<u>41.338</u>	<u>919.121</u>

Os principais saldos de resultado das controladas indiretas são apresentados como segue:

	30/06/21				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	17.974	14.572	14.033	14.030	13.464
Calheiros	14.865	11.461	11.194	11.196	10.731
Caparaó	3.495	2.467	2.429	2.423	2.321
Carangola	13.226	10.501	9.817	9.810	9.397
Funil	18.810	15.307	15.083	15.086	14.494
Irara	23.905	19.247	19.075	19.095	18.321
Jataí	26.882	21.804	21.311	21.292	20.441
Monte Serrat	24.333	19.891	19.740	19.736	18.962
Retiro Velho	17.366	13.254	13.185	13.190	12.644
Santa fé	34.720	28.532	26.416	26.491	25.345
São Joaquim	17.931	14.639	14.290	14.325	13.751
São Pedro	24.832	20.460	19.616	19.592	18.807
São Simão	20.680	16.599	16.192	16.195	15.543
Total	<u>259.019</u>	<u>208.734</u>	<u>202.381</u>	<u>202.461</u>	<u>194.221</u>

	30/06/20				
	Receita líquida	Lucro Bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	26.116	22.959	22.237	22.248	21.416
Calheiros	13.184	9.732	9.469	9.478	9.061
Caparaó	4.857	3.833	3.795	3.801	3.652
Carangola	11.698	9.088	8.469	8.472	8.104
Funil	26.753	23.231	22.920	22.938	22.086
Irara	21.383	16.930	16.597	16.587	15.896
Jataí	23.978	19.306	18.787	18.825	18.055
Monte Serrat	26.296	22.055	21.916	21.912	21.069
Retiro Velho	20.202	16.536	16.506	16.526	15.883
Santa fé	31.159	26.279	24.519	24.514	23.508
São Joaquim	14.184	11.217	10.699	10.754	10.291
São Pedro	29.689	25.207	24.486	24.513	23.562
São Simão	18.243	14.047	13.662	13.424	12.844
Total	<u>267.742</u>	<u>220.420</u>	<u>214.062</u>	<u>213.992</u>	<u>205.427</u>

(c) Dividendos a receber

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	289.486
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	143.946
Dividendos recebidos	<u>(140.646)</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	292.786

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	180.348
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	39.329
Dividendos recebidos	<u>(187.164)</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>32.513</u>

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
<u>Ativo circulante – outros ativos circulantes</u>				
Bonfante	4	228	-	-
Calheiros	3	197	-	-
Caparaó	1	52	-	-
Carangola	2	127	-	-
Funil	3	179	-	-
Irara	5	293	-	-
Jataí	4	283	-	-
Monte Serrat	5	302	-	-
Retiro Velho	4	255	-	-
Santa Fé	5	348	-	-
São Joaquim	3	180	-	-
São Pedro	4	282	-	-
São Simão	4	275	-	-
Total	<u>47</u>	<u>3.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Ativo circulante - dividendos a receber</u>				
PCHPAR – PCH Participações S.A.	<u>32.513</u>	<u>180.348</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As disposições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos a outros ativos circulantes referem-se à rateio de despesas comuns ocorridas entre a Companhia e suas controladas indiretas.

Remuneração da Administração

No semestre findo em 30 de junho de 2021 a remuneração da Administração foi de R\$779 (R\$755 em 30 de junho de 2020).

10. IMOBILIZADO

(a) Composição do imobilizado

	Taxa de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Terrenos	-	-	-	42.701	42.486
Direitos sobre arrendamento	37,8%	435	684	435	683
Turbina hidráulica	2,50%	-	-	123.159	125.203
Conduto forçado	3,13%	-	-	29.557	30.312
Gerador	3,33%	-	-	69.429	71.193
Comporta	3,33%	-	-	22.359	22.957
Subestação unitária	3,57%	-	-	40.935	42.249
Estrutura de tensão	3,57%	-	-	18.349	18.904
Casa de força produção hidráulica	2,00%	-	-	333.555	337.923
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	-	-	243.986	246.877
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	1.235
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	466	478	56.923	55.659
Imobilizado em Curso	-	-	-	15.305	2.615
		<u>902</u>	<u>1.161</u>	<u>996.692</u>	<u>998.296</u>

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens deverá ser indenizado à Companhia. A prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica foi regulamentada nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, e do Decreto 9.158/2017.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Em 11 de junho de 2021 foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga será realizado após apreciação pela Aneel do atendimento aos critérios estabelecidos na referida lei.

Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas outorgas, limitada a 7 anos. A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021. Em 13.07.2021 foi publicada a Lei 14.182, a qual consolidou o direito a extensão também àqueles agentes que repactuaram nos termos da Resolução Normativa 684/2015. O processo de cálculo e homologação das extensões encontra-se em curso na ANEEL / CCEE.

Eventuais efeitos contábeis decorrentes desses assuntos, somente serão refletidos nas demonstrações financeiras mediante aprovação da ANEEL e dos órgãos de governança da Companhia.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pelas controladas indiretas da Companhia, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na lei 13.360/2016, no Decreto 9.158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, no qual está claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos, a ser definido pelo órgão regulador.

Portanto, no caso dos empreendimentos das controladas indiretas da Companhia, não há, no momento atual, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que os ativos possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas a partir do ano de 2028, mediante procedimentos e critérios já definidos na legislação, já devidamente regulamentados. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

(b) Movimentação do imobilizado – consolidado

06/2021

	<u>31/12/20</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>30/06/21</u>
<u>Custo</u>					
Terrenos	42.486	215	-	-	42.701
Direitos sobre arrendamento	683	-	(248)	-	435
Turbina hidráulica	174.444	137	-	-	174.581
Conduto forçado	48.222	-	-	-	48.222
Gerador	115.199	154	-	-	115.353
Comporta	36.722	176	(163)	-	36.735
Subestação unitária	75.069	26	-	-	75.095
Estrutura de tensão	31.295	-	-	-	31.295
Casa de força produção hidráulica	444.032	68	-	6	444.106
Reservatório, barragem, adutora	320.912	890	(636)	(6)	321.160
Adiantamento a fornecedores	1.235	-	-	(1.235)	-
Outras máquinas e equipamentos	90.113	1.758	-	1.229	93.100
Imobilizado em curso	2.615	12.684	-	6	15.305
	<u>1.383.027</u>	<u>16.108</u>	<u>(1.047)</u>	<u>-</u>	<u>1.398.088</u>

	<u>31/12/20</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>30/06/21</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Turbina hidráulica	(49.241)	(2.181)	-	-	(51.422)
Conduto forçado	(17.910)	(755)	-	-	(18.665)
Gerador	(44.006)	(1.918)	-	-	(45.924)
Comporta	(13.765)	(611)	-	-	(14.376)
Subestação unitária	(32.820)	(1.340)	-	-	(34.160)
Estrutura de tensão	(12.391)	(556)	-	-	(12.947)
Casa de força produção hidráulica	(106.109)	(4.442)	-	-	(110.551)
Reservatório, barragem, adutora	(74.035)	(3.139)	-	-	(77.174)
Outras máquinas e equipamentos	(34.455)	(1.723)	-	-	(36.177)
	<u>(384.731)</u>	<u>(16.665)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(401.396)</u>
Imobilizado Líquido	<u>998.296</u>	<u>(557)</u>	<u>(1.047)</u>	<u>-</u>	<u>996.692</u>

(*) Transferências se referem a reclassificações entre contas do ativo imobilizado.

06/2020

	<u>31/12/19</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>30/06/20</u>
<u>Custo</u>					
Terrenos	43.071	105	-	-	43.176
Direitos sobre arrendamento	1.198	124	(365)	-	957
Turbina hidráulica	173.541	228	(1.595)	1.470	173.644
Conduto forçado	48.181	-	(1)	-	48.180
Gerador	115.915	91	(1.888)	694	114.812
Comporta	36.196	28	-	44	36.268
Subestação unitária	75.288	-	(268)	44	75.064
Estrutura de tensão	31.319	-	-	-	31.319
Casa de força produção hidráulica	445.721	613	(2.495)	673	444.512
Reservatório, barragem, adutora	316.510	1.407	(568)	15	317.364
Adiantamento a fornecedores	-	758	-	(758)	-
Outras máquinas e equipamentos	86.461	1.061	(3.204)	3.119	87.437
Imobilizado em curso	857	6.016	-	(5.301)	1.572
	<u>1.374.258</u>	<u>10.431</u>	<u>(10.384)</u>	<u>-</u>	<u>1.374.305</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Turbina hidráulica	(45.355)	(2.169)	472	-	(47.052)
Conduto forçado	(16.424)	(753)	-	-	(17.177)
Gerador	(40.879)	(1.927)	1.557	-	(41.249)
Comporta	(12.548)	(605)	-	-	(13.153)
Subestação unitária	(30.253)	(1.342)	116	-	(31.479)
Estrutura de tensão	(11.300)	(557)	-	-	(11.857)
Casa de força produção hidráulica	(98.157)	(4.345)	483	-	(102.019)
Reservatório, barragem, adutora	(67.952)	(3.103)	11	-	(71.044)
Outras máquinas e equipamentos	(32.419)	(1.619)	1.157	-	(32.881)
	<u>(355.287)</u>	<u>(16.420)</u>	<u>3.796</u>	<u>-</u>	<u>(367.911)</u>
Imobilizado Líquido	<u>1.018.971</u>	<u>(5.989)</u>	<u>(6.588)</u>	<u>-</u>	<u>1.006.394</u>

(*) Transferências entre contas do ativo imobilizado.

11. INTANGÍVEL

(a) Composição do intangível

	Taxa de Amortização	Controladora		Consolidado	
		30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Servidões	-	-	-	3.059	3.043
Software	20%	201	187	1.382	1.413
Medidas compensatórias	10 a 25%	-	-	7.245	9.881
Indenização de terras	-	-	-	1.694	1.643
Legalização de terras	-	-	-	1.523	1.524
		<u>201</u>	<u>187</u>	<u>14.904</u>	<u>17.504</u>

(b) Movimentação do intangível – consolidado

06/2021

	<u>31/12/20</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/21</u>
Custo				
Servidões	3.043	16	-	3.059
Software	2.748	166	-	2.914
Medidas compensatórias	24.338	-	(1.137)	23.201
Indenização de terras	1.644	50	-	1.694
Legalização de terras	1.523	-	-	1.523
	<u>33.296</u>	<u>232</u>	<u>(1.137)</u>	<u>32.391</u>
	<u>31/12/20</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/21</u>
(-) Amortização				
Software	(1.335)	(197)	-	(1.532)
Medidas compensatórias	(14.457)	(1.498)	-	(15.956)
	<u>(15.792)</u>	<u>(1.695)</u>	<u>-</u>	<u>(17.488)</u>
Intangível líquido	<u>17.504</u>	<u>(1.463)</u>	<u>(1.137)</u>	<u>14.904</u>

06/2020

	<u>31/12/19</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/20</u>
Custo				
Servidões	2.199	741	-	2.940
Software	1.941	560	-	2.501
Medidas compensatórias	20.693	2.776	(1.251)	22.218
Indenização de terras	2.227	40	(664)	1.603
Legalização de terras	1.612	-	-	1.612
	<u>28.672</u>	<u>4.117</u>	<u>(1.915)</u>	<u>30.874</u>

	<u>31/12/19</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/20</u>
<u>(-) Amortização</u>				
Software	(1.040)	(127)	-	(1.167)
Medidas compensatórias	(11.297)	(1.964)	-	(13.261)
	<u>(12.337)</u>	<u>(2.091)</u>	<u>-</u>	<u>(14.428)</u>
 Intangível líquido	 <u>16.335</u>	 <u>2.026</u>	 <u>(1.915)</u>	 <u>16.446</u>

12. DEBÊNTURES E INSTRUMENTO FINANCEIRO DERIVATIVO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

a) Composição das Debêntures

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
Debêntures – 1ª Serie (CDI + 2,39%)	450.000	1	371.695	389.091
Debêntures – 2ª Série (IPCA+8,2647%)	450.000	1	422.676	424.100
(-) Custo com transação com debêntures			(7.139)	(7.807)
			<u>787.232</u>	<u>805.384</u>
 Instrumento financeiro derivativo – “SWAP”			<u>88.213</u>	<u>98.676</u>
			<u>875.445</u>	<u>904.060</u>
 Passivo circulante			138.537	128.460
Passivo não circulante			736.908	775.600

b) Movimentação das debêntures e instrumento financeiro derivativo

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
Saldo inicial	904.060	969.873
Encargos provisionados	44.423	74.856
Apropriação de custos de transação	669	1.338
Pagamento principal	(37.958)	(101.667)
Pagamento de juros e atualização monetária	(25.286)	(57.452)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo	(1.958)	(2.667)
Pagamento de juros sobre instrumento financeiro derivativo	(8.179)	(12.128)
Ganho com instrumento financeiro derivativo, líquido	26.109	32.607
Ajuste de marcação a valor justo do instrumento financeiro derivativo	(26.435)	(700)
	<u>875.445</u>	<u>904.060</u>

A BR PCH está sujeita a cláusulas restritivas (“covenants”), incluindo entre outros, cumprimentos de determinados indicadores financeiros e não financeiros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. As cláusulas restritivas e as garantias estão devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020, as quais não tiveram alterações para o semestre corrente.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, a BR PCH apresentou índice de ICSD 3,13 (2,41 em 30 de junho de 2020), o índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) está em conformidade com as determinações dos contratos de debêntures, ao qual, para todo o período de amortização, o mesmo deverá ser superior ou equivalente a 1,20 apurados nas demonstrações financeiras consolidadas da Brasil PCH, para distribuição de dividendos (anual e/ou intercalares – trimestral ou semestral).

Instrumento financeiro derivativo – SWAP designado como hedge de fluxo de caixa:

Data de vencimento da operação	Valor inicial	Exercício	Saldo banco (passivo - curva IPCA)	Saldo cliente (Ativo - curva CDI)	Ganho (perda) – valor da curva	Ganho (perda) na marcação a mercado Swap – MTM (Valor justo)
16/11/2026	450.000	31/12/20	424.100	389.091	(35.009)	(63.667)
16/11/2026	450.000	30/06/21	422.676	371.695	(50.981)	(37.232)

Para a 1ª Série de Debêntures, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de “Swap” para igualar as remunerações ao IPCA das Debêntures - 1ª Série (CDI+2,39%) e 2ª série (IPCA + 8,2647%), qualificado como Hedge de fluxo de caixa. Em 30 de junho de 2021, o efeito da marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo resultou em um ganho de R\$26.435 (perda de R\$1.753 em 30 de junho 2020), reconhecidas em outros resultados abrangentes.

13. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

	31/12/20	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualização Financeira	30/06/21
Compromissos socioambientais (a)	15.682	-	(636)	(182)	81	14.945
Provisão para medidas compensatórias (b)	13.460	-	(1.137)	(1.266)	120	11.177
Provisão para legalização de terras (c)	1.524	-	-	-	-	1.524
Provisão para indenizações de terras (d)	12.948	264	-	-	-	13.212
Total	43.614	264	(1.773)	(1.448)	201	40.858
Passivo circulante	4.188					2.738
Passivo não circulante	39.426					38.120

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”), que prevê o reflorestamento de áreas. Para cumprir as exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda adquirir ainda as terras a serem reflorestadas. O PACUERA ainda está em processo de aprovação por parte do agente licenciador competente.

- (b) Provisão para medidas compensatórias: todas as PCHs da Brasil PCH possuem as licenças de operação obtidas junto ao respectivo órgão ambiental, sendo que todas estão válidas e em vigor. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para legalização de terras: a Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terras: para realizar a construção da PCH, foi necessária a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

14. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

(a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
Exposição ao MRE 2020/2021 (a)	4.930	3.571
Total	<u>4.930</u>	<u>3.571</u>

(b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/20</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/21</u>
Exposição ao MRE (a)	3.571	2.350	(991)	4.930
	<u>3.571</u>	<u>2.350</u>	<u>(991)</u>	<u>4.930</u>

	<u>31/12/19</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Reversão</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/20</u>
Exposição ao MRE (a)	11.976	2.416	-	(5.985)	8.407
Revisão de garantia física (b)	<u>39.270</u>	<u>5.141</u>	<u>(44.411)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>51.246</u>	<u>7.557</u>	<u>(44.411)</u>	<u>(5.985)</u>	<u>8.407</u>

(a) Exposição ao MRE – 2020/2021 - vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1.

(b) Reversão da garantia física – vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1.3.

15. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

Em 30 de junho de 2021, o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, ambientais e cíveis era de R\$2.399, (R\$2.451 em 31 de dezembro de 2020). A variação das provisões para riscos no exercício está apresentada conforme movimentação a seguir:

	31/12/20	Constituição	Baixas	30/06/21
Trabalhista	168	-	(52)	116
Regulatório	1.406	-	-	1.406
Tributário	771	-	-	771
Cíveis	106	-	-	106
Total	<u>2.451</u>	<u>-</u>	<u>(52)</u>	<u>2.399</u>

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	Consolidado	
	30/06/21	31/12/20
Trabalhistas (a)	694	386
Cíveis (b)	2.741	2.861
Ambientais (c)	1.019	1.019
Tributário (d)	<u>1.224</u>	<u>837</u>
	<u>5.678</u>	<u>5.103</u>

- (a) As ações trabalhistas da Companhia referem-se, substancialmente, à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira (terceirização de mão-de-obra). Destaca-se, ainda, no âmbito trabalhista, por ser relevante o pedido apresentado, uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho.
- (b) Existe ação de indenização, no valor de R\$2.618, em que se discute o pagamento de indenizações por uso de área e reparação de danos a pescadores. As demais ações da Companhia estão relacionadas ao pagamento de valores decorrentes de contratos celebrados com fornecedores de serviços e produtos.
- (c) São ações ambientais, cujo réus são as controladas da Companhia, e discutem principalmente, irregularidades ambientais pelo não atendimento a determinada condicionante da Licença de Operação e indenização por prejuízo com "Lavra Areia".
- (d) Valores que se referem a discussões tributárias, a saber: ação declaratória de discussão sobre o diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de bens e ação anulatória sobre restituição de ICMS indevidamente recolhido sobre Tarifa Uso Sistema - TUSD.

16. PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Em 4 de dezembro de 2014, a Brasil PCH e o BTG Pactual firmaram Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional de 15 MW médios mensais durante o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2021. Entretanto, no decorrer de sua vigência o contrato passou a ser oneroso, uma vez que os preços de compra da energia contratada passaram a ser maiores do que os preços de venda que a Companhia teria expectativa de obter no mercado. Em 2020, como forma de fixar as suas perdas nesta operação, a Companhia optou por negociar a venda da totalidade da energia contratada (15 MWs médios), com terceiros, e em valor unitário inferior àquele pelo qual a energia foi adquirida. O valor do passivo reconhecido na data é suficiente para fazer frente às perdas que serão incorridas até o final do contrato oneroso.

Apresentamos abaixo a movimentação ocorrida para o exercício de 2021:

	<u>31/12/20</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30/06/21</u>
Contrato compra de energia	24.470	(21)	(10.655)	13.794
Passivo circulante	24.470			13.794

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$109.032 e está representado por 94.187.831 ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações ON</u>	<u>%</u>
Chiple SP Participações S.A.	48.035.794	51,00
Eletroriver S.A.	32.306.426	34,30
BSB Energética S.A.	13.845.611	14,70
Total	<u>94.187.831</u>	<u>100,00</u>

(b) Reservas

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. A Companhia não vem constituindo reserva legal, uma vez, que atingiu, em exercícios anteriores, o limite de 20% do capital social estabelecido pela legislação societária.

Reservas de lucros

A reserva representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202 § 5 Lei 6.404, e deverá ser paga como dividendo assim que o fluxo de caixa da Companhia permitir.

(c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 18 de fevereiro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade dos dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Dividendos a pagar

	<u>Controladora e consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	102.944
Dividendos pagos	<u>(102.944)</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Dividendos adicionais aprovados	100.827
Dividendos pagos	<u>(100.827)</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>-</u>

- (d) Ajuste de avaliação patrimonial: Representando pelos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa considerados efetivos (vide na nota explicativa nº 12).

(e) Proposição de dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$39.100 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2021 (R\$157.193 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2020), a ser aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/21</u>	<u>30/06/20</u>
Receita Bruta:		
Venda de energia elétrica	270.070	232.988
Ajustes:		
Ajuste de Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	(1.479)	5.627
Recontabilização + Consumo Interno	241	-
Revisão de garantia física	-	39.270
	<u>268.832</u>	<u>277.885</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(9.858)	(8.504)
PIS e COFINS diferido	45	(1.639)
	<u>(9.813)</u>	<u>(10.143)</u>
Receita líquida de vendas	<u>259.019</u>	<u>267.742</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	30/06/20	30/06/21	30/06/20
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e atualizações sobre dívidas financeiras	(44.423)	(32.406)	(44.423)	(32.406)
Custos de transação de debêntures	(669)	(669)	(669)	(669)
Instrumentos financeiros derivativos	(26.109)	(7.603)	(26.109)	(7.603)
Outras despesas financeiras	(166)	(143)	(428)	(846)
Total	<u>(71.367)</u>	<u>(40.821)</u>	<u>(71.629)</u>	<u>(41.524)</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	508	1.583	708	1.990
PIS e COFINS s/ receita financeira	-	(79)	-	(79)
Atualização de depósito judicial	-	-	135	63
Outras receitas financeiras	63	118	67	122
Total	<u>571</u>	<u>1.622</u>	<u>910</u>	<u>2.096</u>
Total	<u>(70.796)</u>	<u>(39.199)</u>	<u>(70.719)</u>	<u>(39.428)</u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	30/06/20	30/06/21	30/06/20
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	122.475	157.193	130.715	165.762
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>(41.642)</u>	<u>(53.445)</u>	<u>(44.443)</u>	<u>(56.360)</u>
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	77.064	81.245
Efeitos de equivalência patrimonial	66.023	69.761	-	-
Crédito não constituído	<u>(24.381)</u>	<u>(16.316)</u>	<u>(24.381)</u>	<u>(16.316)</u>
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.240</u>	<u>8.569</u>
Correntes	-	-	(8.278)	(7.186)
Diferidos	-	-	38	(1.383)

A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$1.114.820 em 30 de junho de 2021 (R\$1.048.597 em 31 de dezembro de 2020). Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

O ativo fiscal diferido do consolidado é composto como segue:

<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
PIS e COFINS diferidos	180	148
IRPJ e CSLL diferidos	152	126
Total	<u>332</u>	<u>274</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

21. INSTRUMENTO FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	31.868	36.001	51.422	44.991
Aplicações financeiras	9.396	2.720	13.417	23.462
Contas a receber	-	-	87.510	60.094
Depósitos judiciais	2.208	2.187	14.057	12.059
Outros ativos	69	3.020	1.829	1.315
<u>Passivos financeiros</u>				
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	75	3.064	3.930	4.091
Debêntures	787.232	805.384	787.232	805.384
Mensurados pelo valor justo:				
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	88.213	98.676	88.213	98.676

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado.

Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros. Os mesmos são trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 30 de junho de 2021.

	<u>30/06/2021</u>
Debêntures 1ª Série - CDI + 3,00% + 0,9% fee flat	354.242
Debêntures 2ª Série - IPCA + 5,2571%	<u>408.924</u>
	763.166

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função da transação com debêntures na Controladora (CDI e IPCA).

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do semestre, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (6,75%) e IPCA (4,19%) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2022 (fonte Boletim Focus). Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

Consolidado

Operação	Exposição		Cenário I	Cenário II	Cenário III
	30/06/21	Risco			
Caixa e					
equivalentes de caixa	38.109	Baixa do CDI	2.572	1.929	1.286
Aplicação financeira	13.417	Baixa do CDI	906	679	453
Debêntures – Itaú + Swap	422.676	Aumento do IPCA + 5,2571	(39.931)	(49.913)	(59.896)
Debêntures - Santander	422.676	Aumento do IPCA + 5,2571	(39.931)	(49.913)	(59.896)

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 não houve transferência entre avaliação de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre nível 2 e nível 3.

22. COBERTURA DE SEGURO

Seguro Directors & Officers (D&O)

A Companhia renovou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2022 e cobertura manteve o montante de R\$50.000.

Seguro de responsabilidade civil

As 13 PCHs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, com vigência até 28 de abril de 2022 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiro.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2021, com vigência até 27 de junho de 2022, as controladas indiretas, renovaram a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$2.289.848, lucros cessantes no montante de R\$656.462, linha transmissão R\$118.531 e Barragens R\$782.701.

23. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	30/06/20	30/06/21	30/06/20
Reversão da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	248	365	248	365
Adição da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	124	-	124
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	1.773	2.433
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	264	4.297
Reversão de depósitos judiciais em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	741
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado	-	-	747	20
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de impostos	-	-	234	84
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores	-	-	3.140	598
Constituição de dividendos adicionais aprovadas e dividendos mínimos obrigatórios a pagar	100.827	102.944	100.827	102.944
Constituição de dividendos adicionais aprovadas e dividendos mínimos obrigatórios a receber	39.329	143.946	-	-

Adicionalmente, as informações apresentadas de transações não caixa pertinentes as adições do ativo imobilizado e intangível afetam a conciliação das suas respectivas notas explicativas com a demonstração dos fluxos de caixa. As adições pela competência, deduzidas das adições da provisão para compromissos futuros, deduzidas da aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida a rubrica de fornecedores, deduzidas da aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida a rubrica de impostos, somadas ao montante de reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado do período, montam o saldo apresentado na demonstração dos fluxos de caixa.

24. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2021.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de julho de 2021, a Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (RNEW3; RNEW 4 e RNEW11) (“Renova”), anunciou que seu Conselho de Administração aprovou, nesta data, a aceitação da proposta vinculante apresentada pela MUBADALA CONSULTORIA FINANCEIRA E GESTORA DE RECURSOS LTDA., subsidiária indireta da MUBADALA CAPITAL LLC e detida indiretamente pela MUBADALA INVESTMENT COMPANY PJSC, para a aquisição da totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A de titularidade do Grupo Renova (correspondentes a 51% do capital social da Companhia), pelo valor de R\$1.100.000.000,00 (Um bilhão e cem milhões de reais), na condição de Primeira Proponente (“Stalking Horse”) e com direito de igualar a oferta de terceiros interessados em tal aquisição, sujeito a condições precedentes usuais, incluindo o atendimento das disposições previstas no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova e a realização de um processo competitivo para a alienação da UPI BrasilPCH, dessas ações ordinárias, no âmbito do Processo de Recuperação Judicial em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP (“Transação”). A Transação observará as regras, direitos e deveres das partes do Acordo de Acionistas da Brasil PCH S.A., conforme aditado em 21 de janeiro de 2008, 29 de dezembro de 2008 e 1º de março de 2013, especialmente aqueles relacionados ao direito de preferência de aquisição (“Direito de Preferência”) e ao direito de alienação conjunta (“Tag Along”) em benefício dos seus signatários.

Em 4 de agosto de 2021, a Renova anunciou que a Administradora Judicial declarou a Primeira Proponente como vencedora do Procedimento Competitivo para aquisição da UPI da Brasil PCH (correspondentes a 51% do capital social da Companhia) prevista no Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova, pendente de homologação do Processo Competitivo pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo, onde tramita o Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova. A ausência de manifestação de interessados na participação do Processo Competitivo da UPI Brasil PCH até o dia 01 de agosto de 2021 permitiu a antecipação da declaração da vencedora pela Administradora Judicial, conforme previsto no Edital do referido processo. A Transação será devidamente comunicada aos demais acionistas da Brasil PCH S.A., a saber: BSB Energética S.A. e ELETRORIVER S.A., os quais poderão decidir pelo exercício do direito de preferência na aquisição ou ao direito de alienação conjunta (“Tag Along”), em estrita observância das regras, procedimentos, direitos e deveres das partes no Acordo de Acionistas da Brasil PCH.

Composição do Conselho de Administração

Marcelo Jose Milliet
Presidente

Paulo Celso Guerra Lage
Conselheiro

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar
Conselheiro

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Conselheiro

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor Presidente

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar
Diretor

Contador

Rafael Lopes Carvalhais
CRC MG - 110880/O-2